política

Em posse, Granpal exige recursos para a saúde

Gestores apontaram dificuldades na área na Região Metropolitana

/ MUNICÍPIOS

Bolívar Cavalari

bolivarc@jcrs.com.br

Entidade que debate e delibera sobre temas de interesse comum dos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, a Granpal empossou nesta terça-feira os presidentes para o biênio 2025/26. O prefeito de Taquari, André Brito (PDT), comandará a Associação, enquanto o prefeito de Guaíba, Marcelo Maranata (PDT), foi reconduzido à presidência do Consórcio Granpal, após ter chefiado o grupo na gestão passada.

Na cerimônia de posse, os gestores apontaram para uma crise na saúde que a Região Metropolitana atravessa, com lotação de leitos e longas filas, e exigiram recursos das esferas estadual e federal para superar esta dificuldade, à qual o prefeito André Brito classificou como um “caos”.

“Esta pauta (da saúde) nós estabelecemos como prioridade, e vamos trabalhar firmes. Nós temos que nos sentar e sair do ranço da paixão, e irmos para a razão. E a razão é apontar, de fato, qual é o custo, quanto se falta, e de onde vai sair o recurso”, disse o prefeito.

Já Marcelo Maranata, em seu discurso de posse, subiu o tom no pedido por repasses: “A gente vai trabalhar com diálogo com o governo do Estado. Agora, não

Granpal empossou gestão que comandará entidade no biênio 2025/26

dá para a gente blefar com a saúde. Não dá para brincar com o povo que está na fila, na cadeira de rodas, na maca. A gente precisa colocar recurso para mudar de verdade a realidade da Região Metropolitana”.

Também discursou na cerimônia a vice-prefeita de Porto Alegre, Betina Worm (PL), que avançou nas cobranças e disse que não é apenas de recursos que a saúde da Região Metropolitana precisa, mas também de infraestrutura para atender a população.

“Nós precisamos que haja um entendimento de que não é só recurso. O recurso é imprescindível, mas precisamos de capacidade instalada para poder atender, senão não temos leito, não temos estrutura de UTI, e não temos tudo que podemos atender as deman-

das do Estado”, solicitou Betina.

Além da saúde, os palestrantes do evento cobraram avanços por parte do governo do Estado na elaboração do projeto de proteção contra enchentes da Região Metropolitana, cujos recursos estão compreendidos em um fundo de R\$ 6,5 bilhões criado pelo governo federal e sob gerência do Piratini.

Maranata foi incisivo nas exigências: “Vão esperar inundar tudo de novo para fazer a licitação e fazer o projeto? Esse é o nosso projeto, é a nossa vida, e a gente pediu para executar isso na Região Metropolitana e não deixaram. Fizeram um acordo que a gente não conhece”. Ao Jornal do Comércio, o prefeito de Guaíba já afirmou ter o desejo de concorrer ao governo do Estado nas eleições de 2026.

Assembleia Legislativa comemora 190 anos em sessão solene

/ PODER LEGISLATIVO

A Assembleia Legislativa comemorou os seus 190 anos de atuação em sessão solene na quarta-feira. O ato foi marcado por discursos de deputados, em nome de todas as bancadas do Parlamento gaúcho, e celebrações do exercício democrático de quase dois séculos em solo gaúcho. A solenidade deveria ter acontecido na semana passada, mas foi remarcada em respeito à morte do Papa Francisco.

Nos discursos, os parlamentares rememoraram momentos históricos do Legislativo gaúcho, celebrando a participação da Assembleia em momentos cruciais da soberania e da democracia brasileira, como a conquista do voto universal.

Na instalação do Parlamento, lembraram os deputados, já tomava o Legislativo a insatisfação com o governo central, o que culminou na Revolução Farroupilha. A atuação da Assembleia também se destacou em outros episódios políticos, como a Revolução de 1930, a Campanha da Legalidade, liderada por Leonel Brizola em 1961, a resistência à ditadura militar (1964-1985) e a participação na redemocratização do País e na elaboração da Constituição Federal

de 1988.

Em sua fala, o presidente da Assembleia, deputado Pepe Vargas (PT), ressaltou que o Parlamento gaúcho se consolidou como “a Casa da Cidadania, onde ecoam as demandas de todos os cantos do Rio Grande”.

“A missão do parlamento é legislar ouvindo a população, fiscalizar com vistas ao interesse público e representar de forma leal quem nos delegou esta representação”, afirmou Vargas, de acordo com texto divulgado pela Assembleia Legislativa.

Após os discursos na tribuna, o ator Werner Schunneman realizou a leitura dramática de trechos do livro “Os Varões Assinalados”, de Tabajara Ruas, que recupera detalhes da vida e da política rio-grandense no século XIX. Schunneman interpretou Bento Gonçalves na série “A Casa das Sete Mulheres”, há quase 30 anos.

Estiveram presentes o governador Eduardo Leite (PSDB), os ex-governadores Pedro Simon (MDB, 1987-1990), Olívio Dutra (PT, 1999-2022) e José Ivo Sartori (MDB, 2015-2018), o presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Alberto Delgado Neto, secretários do Estado e demais autoridades de outros Poderes.

Placa comemorativa foi descerrada em plenário pelas autoridades

Legislativo da Capital aprova criação de novos CCs e FGs

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Sofia Utz

sofiaue@jcrs.com.br

A criação de novos Cargos em Comissão (CCs) e Funções Gratificadas (FGs) foi aprovada na Câmara de Porto Alegre, com 20 votos favoráveis e 14 contrários. O texto foi elaborado pelo Executivo e prevê que os 25 novos CCs e FGs trabalharão na Secretaria de Planejamento e Assuntos Estratégicos, administrando os recursos vindos de instituições financiadoras para obras de reconstrução da Capital.

Os nomeados farão parte da gestão pública até o fim de 2027, com possibilidade de prorrogação do contrato por mais dois anos. O

texto prevê que os Cargos em Comissão serão entre os níveis 16 e 18 e as Funções Gratificadas estarão em nível 7, ambos nos graus mais bem remunerados da categoria.

Além disso, a nova legislação prevê que a prefeitura deverá apresentar relatórios semestrais sobre o andamento da liberação de recursos, da elaboração dos projetos e da execução das obras. Os nomes e currículos dos profissionais que preencherão as vagas deverão ser disponibilizados no Portal da Transparência.

De acordo com o governo, a contratação de profissionais específicos para gerir os recursos enviados é um requisito dos financiamentos. No entanto, alguns vereadores pontuam que as insti-

tuições financiadoras não solicitam a contratação de novos profissionais, apenas o apontamento dos responsáveis por gerir os fundos, que poderiam ser funcionários que já trabalham na pasta.

Para o secretário de Planejamento e Gestão, Cezar Schirmer (MDB), não existem razões para ser contra o projeto. “Isso é geração de emprego, renda, possibilidade de trabalho, melhorar a qualidade de vida da população.”

No entanto, o vereador Jonas Reis (PT), líder da oposição, afirma que a criação de novos CCs é absurda. “Melo diz que não tem dinheiro para cuidar da saúde municipal e pede recursos para o governo estadual e federal, mas achou dinheiro para criar um caminho de CCs.”

Aprovadas cotas para negros em concursos do Ministério Público

Os deputados estaduais aprovaram, na terça-feira, por 28 votos a 7, um projeto de lei que garante para pessoas negras a reserva de 20% das vagas de concursos para ingresso à carreira do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP-RS) e provimento de cargos efetivos da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ). A matéria, de autoria da própria PGJ, tramitava na Assembleia Legislativa desde 2018.

Foi acatada junto ao projeto original uma emenda proposta pelo deputado Matheus Gomes (PSOL), que garante o mesmo percentual da cota para negros a estagiários de graduação, de pós-graduação e residência do MP-RS. Ela foi aprovada por 27 votos a 8.

Com a aprovação do projeto, o Ministério Público do Estado acompanha a medida vigente no MP federal.